



Secretaria de Estado da Educação

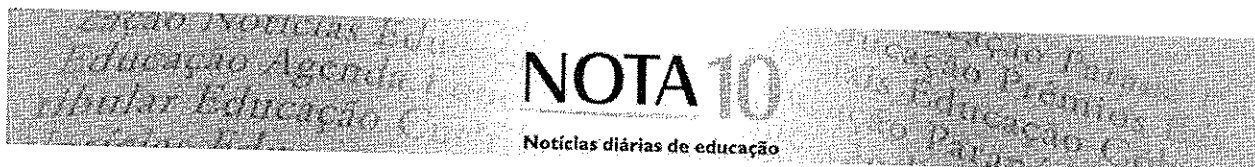
CLIPPING

14, 15 e 16 de Junho 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 16/06/2014
Assunto: ProUni		Página: Online



MEC divulga neste domingo o resultado do ProUni

O Ministério da Educação divulga hoje (15) na internet o resultado da primeira chamada do Programa Universidade para Todos (ProUni). A partir de amanhã, os candidatos devem se dirigir à faculdade para a qual foram pré-selecionados, levando os documentos que comprovam as informações prestadas na ficha de inscrição.

Para evitar contratemplos, o candidato deve verificar o horário e o local no qual deve comparecer para a apresentação das informações. O prazo para que isso seja feito vai até o dia 24. Caso perca o prazo, o candidato é automaticamente retirado do processo.

Na página do ProUni está disponível uma lista com a documentação necessária. Entre os itens solicitados estão documento de identificação, comprovante de residência, de rendimento e de conclusão do ensino médio.

O ProUni oferece bolsa de estudo integral ou parcial (50% da mensalidade) em instituições particulares de educação superior que tenham cursos de graduação e sequenciais de formação específica. O programa é dirigido a egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais.

O estudante precisa comprovar renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio para a bolsa integral e de até três salários mínimos para bolsa parcial.

Esta edição do programa ofertou 115.101 bolsas e teve 653.992 inscritos.

Veja abaixo o cronograma do ProUni:

Resultado da primeira chamada: 15 de junho
Comprovação de informações: de 16 a 24 de junho
Resultado da segunda chamada: 4 de julho
Comprovação de informações: de 4 a 11 de julho
Adesão à lista de espera: 21 e 22 de julho
Comprovação de informações dos candidatos em lista de espera: 29 e 30 de julho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 16/06/2014
Assunto: Pronatec		Página: Online



Dilma diz que quanto mais formados pelo Pronatec melhor

Ao participar ontem (13) da formatura de 1,3 mil alunos do Programa Nacional do Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a presidenta Dilma Rousseff disse que a qualificação dos brasileiros é importante não só para os próprios formandos, mas para todo o Brasil. Segundo ela, a transformação de um país em uma nação desenvolvida passa pela qualificação técnica e pelo ensino profissional.

"Quanto mais brasileiros e brasileiras conseguirem fazer o curso, melhor será para o Brasil. É bom para vocês, é bom para família de vocês, mas melhor é para nós, para o Brasil inteiro", disse a presidenta. "Nós não abrimos as portas para a qualificação técnica e ensino profissional, nós escancaramos as portas", brincou ela.

Segundo Dilma, garantir oportunidades de formação técnica "faz toda diferença do mundo". "Até muitas empresas começaram pequenininhas com técnicos, com trabalhadores formados e com uma experiência adquirida nos cursos", completou.

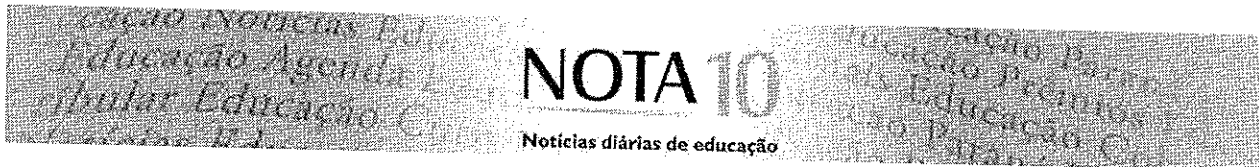
Durante o evento, em Olinda (PE), foram entregues os diplomas para estudantes de diversas cidades no estado, que se formaram em cursos como os de administração, automação industrial e comércio, agente de alimentação escolar, agricultor familiar e recepcionista.

Dilma confirmou que vai lançar no próximo dia 18 a segunda etapa do Pronatec. Há sete dias, ela havia prometido o lançamento do programa para esta semana. A nova etapa deve oferecer mais de 8 milhões de vagas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 16/06/2014
Assunto: ProUni		Página: Online



Maioria dos quase 654 mil inscritos no Prouni é mulher e negra

O Programa Universidade para Todos (ProUni) registrou 653.992 inscritos, segundo o balanço divulgado pelo Ministério da Educação (MEC). O número representa um aumento de 50% em relação à mesma edição de 2013, quando 436.941 se candidataram. As inscrições terminaram na quarta-feira (11). O resultado da primeira chamada será divulgado no domingo (15), no site do ProUni.

Os cursos preferidos foram as engenharias, com 166.807 inscrições. Administração recebeu 137.515, seguido por direito (119.447), ciências contábeis (61.169) e pedagogia (56.250).

As mulheres foram maioria, 384.063 candidatas (59% do total). A maior parte dos candidatos é negra, 62,6%, 409.527 inscritos. Os brancos representam 34,9%; amarelos, 2,4%. Apenas 0,1%, 853 candidatos, declararam-se indígenas.

De acordo com o MEC, o programa atraiu os jovens: 392.329 (60%) dos inscritos têm entre 18 e 24 anos; 98.828 (15%), de 25 a 30 anos e 71.952 (11%), menos de 17 anos. Apenas 4% têm mais de 40 anos (26.102).

O ProUni oferece bolsas de estudos integrais e parciais (50% da mensalidade) em instituições particulares de educação superior que tenham cursos de graduação e sequenciais de formação específica. O programa é dirigido a egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular, na condição de bolsistas integrais.

O estudante precisa comprovar renda familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio para a bolsa integral e de até três salários mínimos para bolsa parcial.

Esta edição do programa ofertou 115.101 bolsas, 28% a mais que no mesmo período do ano passado. As bolsas para engenharias quase dobraram, serão 12.362 nesses cursos. Os demais favoritos estão entre as maiores ofertas: administração (13.168), direito (7.887) e pedagogia (7.725).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 16/06/2014
Assunto: Matemática		Página: Online



Campanha ressalta que "matemática faz parte da sua vida"

A Africa Zero, uma das agências do grupo ABC, se uniu à Fundação Lemann para criar uma campanha em prol da matemática. Com desafios práticos e divertidos a campanha mostra que nos deparamos com essa disciplina no nosso dia-a-dia. "Quando calculamos o tempo de deslocamento no trânsito, quando decidimos por álcool ou gasolina ou quando avaliamos quantas calorias tem um sorvete, usamos matemática. Queríamos tornar a Khan Academy conhecida de uma maneira leve e bem-humorada", explica Andrea Siqueira, diretora de criação da Africa Zero.

A partir desta semana, as propagandas serão veiculadas em TVs de ônibus, eledia, anúncios de jornal e revistas, banners, trailers de cinema, redes sociais e nos principais portais da internet.

A Fundação Lemann é parceira global da Khan Academy e é responsável por traduzir todo o conteúdo da plataforma para o português. Com o apoio do Instituto Natura, Instituto Península, Ismart e Fundação Telefônica a ferramenta também está sendo levada para escolas públicas, buscando contribuir com o ensino de matemática Brasil a fora.

A ferramenta conta com mais de 300 mil exercícios de matemática e quase mil vídeo-aulas. É gratuita e está disponível para qualquer pessoa em qualquer lugar com acesso à internet. Para conferir basta acessar www.khanacademy.org.br.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 16/06/2014
Assunto: PNE		Página: Online



Inclusão escolar ainda é ponto polêmico no Plano Nacional de Educação

Lobby de Apaes influenciou senadores em prol de alunos com deficiência fora de salas regulares

A meta 4 do novo PNE (Plano Nacional de Educação) estabelece as formas para garantir a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas. Em termos gerais, ela consolida a universalização do atendimento escolar a esses estudantes.

Educadores têm opiniões divergentes quanto ao formato de uma educação inclusiva que seja eficiente para o desenvolvimento social e cognitivo do aluno com necessidades especiais.

Brasil precisa investir mais R\$ 54 bi por ano para atingir meta de qualidade do novo PNE

Especialistas criticam investimento público em instituições privadas de ensino regulamentado pelo PNE

Alguns especialistas defendem que os alunos com deficiência devam ser educados em salas regulares, junto a alunos sem necessidades especiais. Mas há também aqueles que avaliam ser melhor que estudantes com deficiência tenham uma educação diferenciada, à parte dos demais alunos.

Este debate se refletiu nas discussões sobre a meta no Congresso Federal. Enquanto a redação do texto da Câmara dos Deputados acentuou a inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares, o texto revisado durante a tramitação no Senado Federal, em 2012, incluiu a possibilidade de a educação desses alunos ser feita de maneira separada.

Impasse mantido

O atual texto, sancionado pela presidente Dilma Rousseff, mantém ambígua a base ideológica e pedagógica da forma de inclusão de alunos especiais a ser seguida no Brasil nos próximos dez anos, período de vigência do PNE.

Para Luiz Araújo, professor do Departamento de Planejamento e Administração da Unb (Universidade de Brasília) e doutor em Educação pela USP (Universidade de São Paulo), a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

aparente confusão tem relação com lobby das Apaes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Segundo o professor, a associação teria influenciado parlamentares quanto ao ensino de alunos com necessidades especiais fora das salas regulares.

— Não há um consenso sobre o tema.

Rodrigo Mendes, fundador do Instituto Rodrigo Mendes, organização que desenvolve programas de educação inclusiva, também destaca a existência de impasse sobre o tema e a atenta para as consequências disso.

— Há de se apontar uma involução conceitual decorrente da alteração do texto original, apresentado pelo MEC em 2010. Segundo ele, a educação especial deveria ser uma modalidade complementar à escolarização no ensino regular, e não substitutiva. Contrariando essa diretriz, o atual texto autoriza também as escolas especiais a desempenharem o papel da sala de aula regular.

Mendes afirma que, como consequência, o Brasil estará em dissonância com a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da qual o Brasil é signatário.

— E desperdiçaremos a oportunidade de investirmos em uma pedagogia não homogeneizadora, que estimula o desenvolvimento de competências para o convívio com as diferenças.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 16/06/2014
Assunto: Investimentos		Página: Online



Investimento público em instituições privadas de ensino gera polêmica em plano de educação

Recursos em programas como ProUni e Ciências Sem Fronteiras serão regulamentados

Desde que o novo PNE (Plano Nacional da Educação), aprovado no dia 3 de junho pelo plenário da Câmara dos Deputados, começou a ser debatido no Congresso Federal, em 2011, o uso dos termos "investimento público total" e "investimento público direto" em educação nas diferentes versões criadas para o texto gerou polêmica entre os parlamentares.

Brasil precisa investir mais R\$ 46 bi por ano para atingir meta de qualidade do novo PNE

Inclusão escolar ainda é ponto polêmico em texto do Plano Nacional de Educação

Ao contrário do que se entende por meio do "investimento público direto" para educação pública, a ideia de "investimento público total" consideraria gastos totais da União, Estados, municípios e Distrito Federal com áreas gerais da educação, inclusive próximas a entidades privadas.

Esse tipo de gasto está previsto no artigo 213 da Constituição Federal. Resumidamente, o artigo determina que recursos públicos sejam direcionados a escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas que comprovem finalidade não lucrativa, apliquem os seus excedentes em educação, e que, no caso do encerramento de suas atividades, assegurem destinação de seus patrimônios ou ao poder público.

A Constituição também prevê o gasto de recursos públicos com bolsas de estudos de ensino fundamental e médio.

Programas federais

Em uma das últimas sessões da votação do novo PNE realizada na Câmara no dia 23 de abril, deputados aprovaram a proposta do relator do texto Angelo Vanhoni (PT-PR) que tem origem no histórico citado acima. O tema voltou a ser discutido na última semana por meio do destaque ao texto elaborado pelo deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE).

Santiago propôs que os gastos com os programas Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) e ProUni (Programa Universidade Para Todos) não fossem contabilizados como parte do



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

financiamento da educação pública, e, assim, não fizessem parte dos 10% do PIB (Produto Interno Bruto) que devem ser direcionados para área até 2024, como prevê o novo PNE.

Com a aprovação do plano e dos últimos destaques ao texto no último dia 3, foi aceita a versão em que, no parágrafo 4º do artigo 5º, considera-se investimentos públicos em educação aqueles realizados em programas de expansão da educação profissional, superior e especializada —tais como Fies, ProUni, Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), Ciências Sem Fronteiras (programa de intercâmbio universitário) e entidades filantrópicas.

— Apesar de estar ligada às exceções de direcionamento de investimento público em educação, a decisão de considerar esses programas como gastos públicos tem relação com uma política do governo federal de aproximar políticas públicas ao setor privado, avalia Luiz Araújo, professor do Departamento de Planejamento e Administração da Unb (Universidade de Brasília).

O especialista lembra que o Fies, por exemplo, é um sistema de financiamento viabilizado pela Caixa Econômica Federal que não implica em gasto com educação, já que o estudante contrai um empréstimo que irá pagar ao fim da graduação.

Críticas também são feitas ao caráter permanente da proposta, que deve estar presente nos dez anos de validade do novo PNE. Para Gilmar Soares Ferreira, secretário de formação da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), um dos problemas é que o texto aprovado na Câmara permite que o investimento em educação se vincule a gastos de programas federais próximos ao setor privado por tempo indeterminado.

— Do jeito que foi aprovado, o texto abre precedente e naturaliza formas de financiamento público a setores privados porque estão ligados à educação. E estamos combatendo isso há décadas, diz Gilmar Soares Ferreira, secretário de formação da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

Partes do todo

Dados mais recentes do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) sobre o tema mostram que, em 2012, o Brasil gastava 5,5% de seu Produto Interno Bruto em educação pública, ou seja, gasto público na rede pública de ensino. Desse valor, 1% são investimento do governo federal, 2,2 % dos governos estaduais e 2,3% dos governos municipais.

Quando se considera gastos totais com educação de maneira geral, incluindo bolsas de ensino da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) em instituições privadas, por exemplo, o percentual do PIB direcionado à educação pelo País sobe para 6% e 4%. O gasto do governo federal com a educação nesse caso vai para 1,3%. Ou seja, equivalente gasto pelo governo federal com a educação vinculada ao setor privado é 0,3% do PIB.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— O governo federal gasta com a rede privada relacionada à educação o equivalente a 30% de tudo o que gasta com a rede pública, o que é um absurdo. Esses 30% poderiam ser gastos diretos do governo com educação pública, diz Araújo.

Para ele, há um interesse de contabilizar o setor privado e, assim, investir menos do que se poderia com a educação que não prevê lucro.

— E se, nesse período, o poder público passar a gastar mais com entidades do setor privado próximas à educação, o quadro pode piorar. Dependerá do que o governo quiser, avalia o especialista.

Dados de 2009 divulgados pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), último ano com informações disponíveis, mostram que, no Brasil, a cada R\$ 1,00 investido em educação pública, o governo federal contribui apenas com R\$ 0,20, contra R\$ 0,41 dos 26 estados e do Distrito Federal e R\$ 0,39 dos municípios.

Em nota técnica sobre o assunto a Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), avalia que a união, como “ente federado que mais arrecada, possuidor de mais da metade da receita tributária líquida, é aquela que menos contribui com a educação.”



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 16/06/2014
Assunto: Investimentos		Página: Online



Brasil precisa investir mais R\$ 54 bi por ano para atingir meta de qualidade do novo plano de educação

Indicador de qualidade é referência de padrões mínimos estabelecidos na legislação

Para atingir as metas do novo PNE (Plano Nacional da Educação), que teve seus últimos destaques votados no último dia 3 na Câmara Deputados, em vez dos atuais R\$ 9,6 bilhões aplicados pelo governo federal na educação básica com base no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), seria preciso direcionar para a área mais R\$ 54 bilhões.

O CAQi (Custo Aluno Qualidade Inicial) está previsto no texto como referência para o estabelecimento de padrões mínimos de qualidade da educação. Entretanto, a consideração do índice foi ponto de polêmica durante toda a tramitação do plano.

Mesmo depois da aprovação do texto-base, no dia 28 de maio, a supressão do CAQi foi proposta em destaque ao plano elaborado pelo deputado Gastão Vieira (PMDB-MA). No fim, o deputado cedeu ao apelo do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e abriu mão de discutir novamente o tema. O pedido foi feito para acelerar o processo, permitindo uma votação simbólica pela rejeição da emenda.

O MEC (Ministério da Educação) ainda não determinou como fará o repasse para implementar o CAQi, mas o dinheiro sairá dos recursos para a educação, que com o novo PNE vão aumentar progressivamente até chegarem a 10% do PIB (Produto Interno Bruto) — atualmente são investidos 5,3% do PIB.

Especialistas criticam investimento público em instituições privadas de ensino regulamentado pelo PNE

A conclusão sobre o montante que precisa ser destinado para o QAQi é de Luiz Araújo, professor do Departamento de Planejamento e Administração da Unb (Universidade de Brasília) e doutor em Educação pela USP (Universidade de São Paulo).

Em sua tese de doutorado, defendida no início deste ano, Araújo estudou quanto o País terá de investir na educação dos brasileiros, considerando índices mínimos e específicos de qualidade educacional previstos no CAQi.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

— Os R\$ 54 bilhões estipulados equivalem à diferença entre o que atualmente é investido pela União para complementar o Fundeb e o quanto dinheiro seria necessário colocar nessa complementação para que todos os estados e municípios implantassem o CAQi, explica.

Para fazer a projeção, o professor analisou os gastos da União e de todos os entes federados com educação em 2011, tendo como base o Fundeb. Nesse sentido, Araújo adverte que o valor deve ser atualizado e revisto anualmente.

A Fineduca (Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação), em nota técnica sobre o tema divulgada em 2013, também estipula que a união deve aumentar o valor direcionado a Estados e municípios brasileiros para garantir educação de qualidade. Porém, segundo o órgão, seriam necessários mais R\$ 46 bilhões para área.

— A diferença entre os valores que as pesquisas chegaram não é tão importante, quando se considera que, nos dois estudos, o total de dinheiro a mais que a União deve direcionar para a educação é da ordem de bilhões, avalia José Marcelino Rezende, professor da USP e presidente da Fineduca.

Para a realização da estimativa de complementação da união pela associação, foi levantado o número de matrículas de cada etapa e modalidade da educação básica, conforme o Censo Escolar de 2011. Em seguida, as matrículas foram multiplicadas pelo valor que cada aluno deveria custar em cada fase do ensino com base nos índices do CAQi.

Conta

Hoje, o Fundeb determina o investimento do governo federal na educação básica considerando valor-aluno/ano mínimo, ou seja, o custo de cada aluno matriculado nas redes estaduais e municipais de todo o País. Esse fundo estabelece que estados e municípios direcionem para a educação básica 20% do que arrecadam em oito impostos: ICMS, IPI, IPVA, Desoneração das Exportações, ITCMD, FPE, FPM, ITR-Cota Municipal.

O dinheiro é dividido pelo número de matrículas das redes, gerando um valor mínimo que cada estado e município deve pagar para a manutenção de cada aluno nas escolas anualmente. A média desses valores estabelece o valor mínimo ao ano a ser gasto por estudante em todo o País (R\$ 2.285,57 por aluno do ensino fundamental em 2014).

Os Estados e municípios onde a arrecadação dos impostos não alcança o valor mínimo nacional a ser gasto anualmente com da aluno das redes são ajudados pela União com uma complementação financeira que, ao todo, deve equivaler a 10% do total do dinheiro direcionado à educação pelos entes federados.

O valor dessa complementação chegou a R\$ 9,6 bilhões em 2013, quando os Estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí foram ajudados pela União.

Inclusão escolar ainda é ponto polêmico em texto do Plano Nacional de Educação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Custo Aluno Qualidade Inicial

— Hoje, por meio do Fundeb, o dinheiro direcionado anualmente aos alunos não tem como parâmetro nenhum índice garantindo que o valor investido traz qualidade ao ensino. Ou seja, não há nenhum compromisso com uma vertente de qualidade no Fundeb. O valor atual é resultado de um cálculo algébrico apenas, que divide o dinheiro disponível para a área pela número de alunos da rede, diz Marcelino Rezende.

Também apreciador do CAQi, Marcelino Rezende explica ainda que o índice inverte a atual lógica de financiamento, prevendo que, para atingir os índices de qualidade, todas as unidades da federação recebam a complementação da união, e não apenas as que têm seus 20% de arrecadação insuficientes para bancar os alunos da rede.

Aprovado nos documentos finais da Coneb (Conferência Nacional de Educação Básica – 2008) e da Conae (Conferência Nacional de Educação – 2010), em parceria entre a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o CNE (Conselho Nacional de Educação), o CAQi é indicador das formas de financiamento do ensino que prioriza a qualidade de acesso e permanência de cada aluno na escola.

Dentre os elementos previstos no índice para o cálculo do investimento na educação considerando a qualidade do ensino, estão: a estipulação de um número médio de alunos por turma e a efetivação do piso nacional salarial do magistério.

Conheça 7 polêmicas do Plano Nacional de Educação enviado ao Congresso

Também são atentados dentro dos cálculos do CAQi a consolidação da política de carreira e de formação continuada dos docentes; a presença de bibliotecas, salas de leitura, laboratórios de ciências, laboratórios de informática e quadras poliesportiva cobertas em todas as escolas e brinquedoteca em creches e escolas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Divisão dos recursos

O aumento do valor a ser investido na educação, as responsabilidades de todos os níveis governamentais envolvidos nesse processo e as mudanças na forma de se considerar o custo de cada aluno dificultaram a consolidação do CAQi como um das estratégias contidas na meta 20 do novo Plano Nacional de Educação (PNE), que trata do financiamento da área.

Embora signifique um avanço em relação ao valor-aluno/ano mínimo do Fundeb, segundo a nota técnica do Fineduca, o CAQi representa um custo que corresponde a cerca de um terço das mensalidades cobradas pelas escolas privadas, frequentadas pelas crianças de classe média do País.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 16/06/2014
Assunto: Tecnologia		Página: Online



Para estudantes, tecnologia vai mudar o ensino superior

Estudantes de 21 países consultados em uma pesquisa sobre ensino superior definiram que daqui alguns anos, os cursos de graduação serão baseados em conteúdo digital, horários flexíveis, bibliotecas virtuais.

Isso aconteceria com aumento de oferta de conteúdo digital, horário mais flexível – favorecendo quem trabalha fora durante o processo de formação e uso das redes sociais.

De 20.800 estudantes ouvidos pelo levantamento da Laureate International Universities, conduzido pela Zogby Analytics, 59% disseram acreditar que as mídias sociais serão usadas como ferramenta de ensino no futuro.

Para brasileiros, universidades devem focar em ensino voltado para o mercado de trabalho. Dos 4.300 alunos ouvidos no Brasil, mais da metade também espera que as mídias sociais sejam aplicadas na educação, 26% aguardam que os anos vindouros terão maior oferta de cursos online, assim como 70% avalia que a maioria dos livros e material de estudo estará disponível de graça na internet.

O levantamento revela ainda que os estudantes apostam na inovação dos cursos no futuro. Isso fica claro quando 68% deles responderam que as instituições de ensino superior terão bibliotecas online nas quais eles poderão acessar livros e outros materiais remotamente e sem custo.

Leia outras notícias sobre Educação no R7

A tecnologia também traria mais flexibilidade na carga horária e isso reflete na opinião de metade dos estudantes consultados. Eles disseram acreditar que a maioria dos cursos será oferecida em qualquer horário do dia ou da noite.

Além disso, 43% dos alunos responderam que a expectativa é ter acesso a educação personalizada online, "o que poderá tornar a experiência tradicional em sala de aula menos importante", descreve o relatório da Zogby.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 13/06/2014
Assunto: Federalização do ensino		Página: Online



Fundação Oswaldo Cruz vai premiar trabalhos escolares

Fonte – Seed - RR

A 7ª Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente (OBSMA) premiará trabalhos escolares voltados para a melhoria das condições ambientais e de saúde no Brasil. A ação é direcionada para estudantes do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio (incluindo ensinos profissionalizantes e Educação de Jovens e Adultos – EJA), de escolas públicas e particulares de todo o País.

A iniciativa é da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e busca fortalecer nos estudantes o desejo de aprender, conhecer, pesquisar e investigar, além de valorizar e reconhecer trabalhos pedagógicos voltados ao tema.

A Olimpíada é dividida em duas categorias: Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio e possui três modalidades: 1) Produção Audiovisual, 2) Produção de Texto e 3) Projeto de Ciências.

Os trabalhos inscritos devem envolver a temática meio ambiente ou saúde. A inscrição poderá ser feita por meio da internet gratuitamente mediante preenchimento de um formulário, o qual está disponível no site www.olimpiada.fiocruz.br.

Poderão ser inscritos trabalhos individuais e coletivos e todos devem ter um professor responsável. A avaliação dos trabalhos será realizada em duas etapas: Regional (sob a responsabilidade de uma comissão formada por especialistas escolhidos pelas Coordenações Regionais) e Nacional (sob a responsabilidade de uma comissão formada por especialistas escolhidos pelo Conselho Nacional da Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente).

Somente os trabalhos premiados nas etapas regionais concorrerão à Etapa Nacional. Os autores (um professor e um aluno) dos trabalhos vencedores na etapa regional participarão dos eventos programados e da cerimônia de premiação nacional a ser realizada na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro (RJ), em data a ser definida.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Já os prêmios da 7ª Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente, distribuídos por categoria e por modalidade, serão definidos pelo Conselho Nacional da Olimpíada.

A OLIMPÍADA

A Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente (OBSMA) é um projeto educativo criado em 2001 pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). A cada dois anos projetos desenvolvidos por professores e alunos em sala de aula, que enfoquem as temáticas de saúde e meio ambiente, podem ser enviados para avaliação.

A OBSMA busca incentivar a realização de trabalhos que contribuam para a melhoria das condições ambientais e de saúde no Brasil, além de possibilitar que o conhecimento científico se torne próximo do cotidiano escolar e que as atividades pedagógicas de professores e escolas ganhem visibilidade.

Outras informações sobre a Olimpíada e o regulamento completo também estão disponíveis no site www.olimpiada.fiocruz.br.



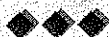
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 15/06/2014
Assunto: Bullying		Página: 05

DIÁRIO CATARINENSE

Velhas práticas

Pesquisa da OAB-SC nas escolas da Grande Florianópolis identificou que 92% dos alunos já sofreram *bullying* no colégio. Outro dado preocupante é o de que, para 98% dos professores, os pais não participam da vida escolar do filho, nem sequer se envolvem com as atividades de integração realizadas.



Para tentar superar velhos problemas, a Comissão OAB Vai à Escola acaba de lançar o edital do Prêmio Escola Exemplo, que reconhecerá as melhores práticas escolares na rede pública da Grande Florianópolis. O objetivo é reconhecer atividades que já tenham alcançado resultados positivos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 16/06/2014
Assunto: Nomenclatura		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

Posse

Conselho estadual de Educação realiza solenidade hoje para dar posse a dois novos conselheiros: o ex-secretário João Matos, do PMDB do Vale do Itajaí; e o presidente da União Catarinense de Estudantes, Yuri Becker dos Santos.

É a primeira vez na história do colegiado que um líder estudante passa a integrá-lo.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia - Joinville

Editoria: Cidade

Data: 16/06/2014

Assunto: Novas escolas para Joinville

Página: 5

Notícias do Dia

THAÍS MOREIRA

thais@noticiasdodia.com.br

A região Norte de Santa Catarina ganhará quatro novas escolas de ensino médio, em 2015. Duas serão construídas em Joinville, nos bairros Parque Guarani e Vila Nova, zonas Sul e Oeste do município, outra no bairro Itinga, em Araquari, e uma terceira no bairro Itajuba, em Barra Velha. As unidades, de acordo com anúncio feito pelo governador Raimundo Colombo, acolherão mais de 700 alunos por turno, cada. Elas terão aproximadamente 6.000 metros quadrados de área, 12 salas de aula, quatro salas de professores, biblioteca e laboratórios de línguas, matemática, física, biologia e química. O investimento total será de R\$ 32 milhões, recurso do Pacto pela Educação.

“São obras de mais de R\$ 8 milhões cada uma, com conceito moderno e todos os instrumentos complementares para a educação integral”, afirmou o governador. Colombo esteve ontem de manhã

em Joinville, para autorizar o início das obras. A assinatura das ordens de serviço para construção das escolas aconteceu na SDR (Secretaria de Desenvolvimento Regional), com a presença do senador Luiz Henrique da Silveira, do secretário estadual de Educação, Eduardo Deschamps, e os prefeitos das cidades que serão beneficiadas pelas novas unidades.

Conforme Deschamps, as cidades escolhidas para receberem estas escolas foram definidas a partir de análises dos dados demográficos. Entre os pontos considerados estão crescimento populacional e migração.

O secretário também ressaltou que o Estado tem atualmente um déficit de cem mil vagas para atender ao Plano Nacional de Educação do Ensino Médio. “Com as novas unidades aqui na região de Joinville vamos abrir em torno de 10 mil vagas. Nossa meta é suprir cerca de 80 mil vagas com as escolas que estão sendo construídas e com as que irão começar.”

O custo

Veja o valor das obras das novas escolas que serão construídas na região Norte

Joinville	Araquari	Barra Velha
Bairro Vila Nova: R\$ 8.180.516,53	Bairro Itinga: R\$ 7.729.441,73	Bairro Itajuba: R\$ 8.135.740,75
Bairro Parque Guarani: R\$ 7.946.552,65		



Enem. Aplicativo cria aulas sob medida para o exame

Plataforma identifica as dificuldades de cada vestibulando

FLORIANÓPOLIS - Talvez você entenda muito de estatística, mas não se dê bem em questões de algoritmos. Ou saiba tudo sobre o Brasil Colônia, porém encontre dificuldades quando o assunto é Idade Média. E aí faz provas e mais provas tendo que responder aquilo que mais sabe, enquanto perguntas sobre seus principais problemas continuam aparecendo só de vez em quando.

É nesse momento que entra uma ajudinha virtual. Enquanto simulados tradicionais se limitam a dizer quantas perguntas você errou, uma ferramenta online propõe ampliar o diagnóstico e ajudar o aluno a entender exatamente em quais assuntos ele precisa se aprofundar. E, para resolver isso, contribui fornecendo lições personalizadas.

Com o objetivo de oferecer soluções educacionais, a Geekie surgiu em 2011 propondo aulas que adaptam o ensino de acordo com o perfil

de cada estudante.

A empresa atua principalmente em duas frentes: com uma ferramenta de aprendizado, restrita a escolas pagantes, e um simulado personalizado – e gratuito – às vésperas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A primeira, batizada como Geekie Lab, consegue avaliar o que cada aluno sabe e aquilo que ainda não conhece. Assim, é capaz de sugerir estudos que o ajudem a preencher suas lacunas de conhecimento.

Aluno tem acesso a plano personalizado

O segundo projeto é o que mais atrai estudantes. Diferente da plataforma que exige um cadastro da escola – e já conta com a adesão de 18 secretarias de Educação pelo Brasil, que contratam o serviço para oferecê-lo gratuitamente ao estudante

–, o Geekie Games é aberto a todos e focado integralmente no Enem. Ao entrar na plataforma, o aluno faz um teste que identifica quais as dificuldades e níveis de proficiência em diferentes assuntos. Com o relatório em mãos (ou na tela do computador), o aluno tem acesso a um plano de estudos personalizado, com base nos obstáculos que encontrou.

– Sabemos que cada pessoa aprende de um jeito diferente, mas o que percebemos é que o modelo de ensino atual continua educando pessoas diferentes da mesma maneira – informa a empresa, por meio da assessoria de imprensa.

A Geekie garante que em 2013 os participantes obtiveram uma nota média no simulado até 31% maior do que aqueles que não estudaram na plataforma. A edição 2014 do teste para o Enem será lançada no início do segundo semestre.



Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 16/06/2014
Assunto: Enem		Página: 16

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Site oferece provas de edições anteriores

Para ajudar o aluno a estudar para o Enem, uma ferramenta online oferece todas as questões do exame desde 2009. Elas estão disponíveis em clickideia.com.br. No site, o aluno ainda pode montar a própria prova a partir de um banco de dados com cerca de mil questões. Até as vésperas do exame, dias 8 e 9 de novembro, será possível testar os conhecimentos. E é bom se apressar, esta edição do Enem bateu os recordes de inscrições, com 9,5 milhões de participantes.

O Click Enem já está online e é gratuito. Ele pode ser visualizado nas mais variadas mídias, como computador, tablets e smartphones. Para utilizá-lo, basta acessar o site, preencher um breve cadastro e começar a responder questão por questão.

Elas estão divididas pelas áreas do Enem: Linguagens e

Códigos, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática. As questões podem ser respondidas na mesma página gerada e, após o fim do simulado, verificadas no próprio sistema. Também é possível gerar PDF, imprimir as questões e enviá-las por e-mail.

A Clickideia é uma das maiores provedoras nacionais de conteúdos educacionais, metodologias pedagógicas e de formação de professores. Desenvolvida com o apoio da Unicamp e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a empresa atua há mais de 12 anos produzindo conteúdos de alta qualidade para alunos e professores do Ensino Fundamental, Médio e Pré-Vestibular nos segmentos de escolas públicas e privadas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 16/06/2014
Assunto: Consed		Página: 10

DIÁRIO CATARINENSE

◆ Senador Luiz Henrique sugeriu ao governador Colombo que as duas novas escolas estaduais de Joinville levem o nome da professora da balé Liselott Trijks e da artista Edith Wetzel.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 15/06/2014

Assunto: Presos

Página: 26 e 27

DIÁRIO CATARINENSE

Segunda chance pela educação

Número de detentos que estudam em SC mostra que eles têm buscado a reinserção social, mas para que isso seja possível o sistema prisional precisa de melhorias estruturais e na organização de dados

ANDERSON SILVA E GABRIELA ROVAI

A busca de detentos de Santa Catarina pela educação revela índices animadores diante de um sistema prisional em constante ebulição. Dos 18 mil presos no Estado, 1,8 mil estudam dentro das cadeias e 24 cursam o ensino superior.

Os números poderiam ser maiores se não houvessem as limitações impostas pela lei e a falta de estruturas que possibilitem a abertura de novas vagas nas penitenciárias.

Nos últimos dois anos, o Departamento de Administração Prisional (Deap) se viu diante de um crescimento animador no interesse dos detentos pela educação devido a uma mudança organizacional para que o órgão pudesse oferecer um estímulo maior aos estudos.

— Estamos mais organizados para oferecer o estudo. Acho também que os presos não tinham oportunidade. Interesse eles sempre tiveram. Estamos no caminho certo — afirmou a gerente de apoio psiquiátrico do Deap, Juliana Campos.

Os atuais 1,8 mil presos que estudam preenchem o total de vagas existentes em Santa Catarina. Mais detentos mostram interesse nos cursos técnicos e aulas da educação básica oferecidos nas penitenciárias, mas a falta de estrutura em algumas unidades impede que o número de ofertas seja ampliado.

Majoria dos apenados não saiu do ensino fundamental

Um levantamento do Deap indica que o baixo número de apenados no ensino superior pode estar relacionado à baixa escolaridade. De acordo com a pesquisa, 80% dos presos têm ensino fundamental completo ou incompleto.

O quadro animador é que o número de presos inscritos na prova do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), que comprova os estudos do Ensino Fundamental, deve chegar próximo a 2 mil neste ano. No Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), o



número de inscritos dobrou de 580 em 2012 para 1.039 em 2013.

No Presídio de Florianópolis, oito detentos criaram um grupo de estudos para o vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e durante meses estudaram juntos na cela. O material com apostilas, resumos, cadernos, lápis e régua foi organizado e repassado pela professora Rosana Volkman, educadora com 20 anos de profissão, sendo 11 em sala de aula no sistema prisional. Os livros foram doados pelos autores.

Coordenadora de ensino do Complexo da Agrônômica por cinco anos, Rosana diz que as provas aplicadas no sistema têm os

mesmos critérios que fora da cadeia. E o que move os candidatos privados de liberdade é a força de vontade.

— A turma do presídio estuda e se dedica muito. Eles têm determinação e vontade de vencer. Este ano tivemos candidatos à medicina e à enfermagem, por exemplo. São cursos difíceis e prova que eles não estavam tentando sair mais rápido do sistema, mas que têm perfil para exercer atividades profissionais que tiveram vocação. Mostra que eles têm necessidade de mudar e querem mudar, só querem os meios — destaca a professora.

Mãe de apenado busca direitos do filho que foi transferido de presídio após passar no vestibular para a UFSC



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 15/06/2014

Assunto: Presos

Página: 26 e 27

DIÁRIO CATARINENSE

Segunda chance pela educação

Falta de cruzamento de dados no sistema dificulta a reinserção nos estudos

QUEM PODE ESTUDAR

Dentro das prisões não há limitações para o estudo. Se houver disputa por vaga, será priorizado o detento com melhor comportamento. Para estudar fora das cadeias, o preso tem que estar no regime semiaberto e precisa da autorização judicial.

VESTIBULAR 2014 NO COMPLEXO DA AGRONOMICA

40 detentos se inscreveram
38 fizeram a prova
5 foram aprovados

NO ESTADO

18 mil é o número de presos em média, em SC

1,8 mil presos estudam (seja em cursos profissionalizantes ou da educação básica) nas unidades prisionais

24 homens e mulheres presos cursam o ensino superior

80% dos detentos catarinenses não concluíram ou têm apenas o ensino fundamental

ENEMEMSC PRESOS ANCIENTOS

2012 **580** 2013 **1039**

EXAMENACIONAL PARA CATEGORIA DE CONDIÇÕES DE VIVIBILIDADE (ENCAIXA)

960

inscritos em 2013

Fonte: Deap

Dos 38 presos do Complexo da Agrônômica que fizeram o vestibular da UFSC no início deste ano, cinco foram aprovados. Dentre eles está um preso de 46 anos, que enfrenta dificuldades para iniciar o curso de História. Ele estudou na cela para o vestibular e foi aprovado. Prestes a entrar para o regime semiaberto, foi transferido há um mês para uma cadeia a 300 quilômetros da Capital.

A informação de que o preso conseguiu passar no vestibular e que a partir do dia 26 ganhará o direito de sair da cadeia durante o dia se perdeu no sistema carcerário catarinense. A situação mostra que o incentivo à ressocialização através do estudo precisa de mais cuidados.

O motivo para a transferência é a superlotação no Presídio de Florianópolis e as 20 vagas excedentes na unidade do Planalto Serrano, de acordo com o Departamento de Administração Prisional (Deap).

Desesperada e sem advogado, a mãe do detento foi atrás dos direitos

do filho para que ele não perca o que lhe custou tanto esforço. Ela procurou ajuda no presídio, no próprio Deap e na Justiça, mas não teve sucesso.

– Não quero defender ele da cadeia. Se ele fez (crime), tem que pagar. Mas é o direito dele voltar a ser um cidadão e não se transformar num bandido. Agora que ele passou no vestibular e conseguiu o semiaberto, vai ficar jogado em outro local? – questiona a mãe.

Dona de casa não sabe se filho poderá cursar História

Viúva, a dona de casa de 68 anos, moradora de uma comunidade de Florianópolis, havia feito a matrícula do filho na universidade antes de saber que ele foi transferido.

O curso foi adiado no primeiro semestre porque o detento ainda precisava cumprir pena no regime fechado. Se não conseguir vaga em Florianópolis, terá que adiar novamente o sonho de estudar na UFSC. As aulas começaram em 11 de agosto.

DEAP AFIRMA QUE VAI PROVIDENCIAR TRANSFERÊNCIA

Questionado sobre a situação do homem, o Deap afirmou que vai fazer o pedido de progressão de regime do preso informando que ele foi aprovado na UFSC. Se o regime progredir em tempo hábil, o detento terá condições de iniciar os estudos. Além disso, afirma que irá providenciar a transferência do mesmo para uma unidade da Grande Florianópolis quando ele já estiver no regime semiaberto ou antes, se possível. Caso a progressão não seja concedida dentro do prazo, a matrícula será adiada. O órgão ainda informou que "não medirá esforços para facilitar o acesso do apenado ao estudo" e que esteve em contato com o detento recentemente. O preso teria dito que só quer voltar para Florianópolis quando tiver possibilidade de estudar.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 15/06/2014
Assunto: Presos		Página: 26 e 27

DIÁRIO CATARINENSE

Segunda chance pela educação

“

BEATRIS ANDRADE

Coordenadora do programa de educação em espaços de privação de liberdade da Secretaria de Educação

NÃO É POSSÍVEL TRABALHAR COM RECUPERAÇÃO E OPORTUNIDADE DE INSERÇÃO NA SOCIEDADE SEM QUE AS PESSOAS TENHAM, NO MÍNIMO, A ESCOLARIDADE BÁSICA E UMA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Educação é o caminho, apontam especialistas

Em busca de uma segunda chance na sociedade, o estudo surge para os detentos como o principal caminho para essa conquista. A educação é fundamental na opinião da coordenadora do programa de educação em espaços de privação de liberdade da Secretaria Estadual de Educação, Beatris Andrade.

– Não é possível trabalhar com recuperação e oportunidade de inserção qualificada na sociedade sem que as pessoas tenham, no mínimo, a escolaridade básica e uma qualificação profissional – diz.

A profissional ainda acrescenta que estes direitos, somados ao acesso à saúde e assistência social, permitem à pessoa viver com condições mínimas de dignidade.

– Sozinha a educação não dá conta, mas sem ela o processo de recuperação acaba sendo falho e ineficiente para se fazer outras escolhas diferentes daquelas que os trouxeram para a prisão – conclui.

Beatris informou que não existe garantia amparada por lei para trancar vagas de detentos que passaram no vestibular e permanecem no regime fechado. Contudo, existe uma parceria e um compromisso social da UFSC para casos excepcionais de detentos aprovados e que passarão para o regime semiaberto.

A professora que coordena as aulas no presídio da Capital concorda que o estudo seja o caminho transformador:

– A escola é transformadora, permite que eles (presos) façam uma autoavaliação, que rellitam o que fizeram, o que foram, quando as coisas começaram a dar errado. A transformação, a vontade de mudar acontece a partir da autocrítica. Na escola eles têm essa oportunidade de mostrar aonde podem chegar, o que gostariam de fazer. No sistema, a grande maioria deixou de frequentar a escola e fez outras opções – observou Rosana Volkman.